



ID: 32421118

23-10-2010

O CONVIDADO

Para quando eleições justas e livres na Birmânia?



MARIA DA GRAÇA CARVALHO

Deputada ao Parlamento Europeu

Após a Independência, alcançada a 4 de Janeiro de 1948, a Birmânia caminhou no sentido de um regime parlamentar, pluripartidário e democrático. Os estadistas birmaneses tornaram-se conhecidos e respeitados internacionalmente. O mais destacado, U Thant, foi eleito secretário-geral das Nações Unidas em 1961 e permaneceu no cargo durante dois mandatos. Entre os seus funcionários encontrava-se uma jovem de nome Aung San Suu Kyi, filha do herói nacional da independência da Birmânia, Aung San.

O golpe de Estado perpetrado pelo general Ne Win, em 1962, envolveu o país numa aventura socialista totalitária que o conduziu à ruína. Os birmaneses só despertariam do pesadelo totalitário a 8 de Agosto de 1988, durante um colossal levantamento popular que ficou conhecido por "Levante de 8888". Em consequência da luta popular, da pres-

ção internacional e do combate político da oposição, liderada por Aung San Suu Kyi, o Governo Militar viu-se obrigado a realizar eleições livres em Maio de 1990. A Liga Nacional para a Democracia, o partido de Aung San Suu Kyi, ganhou as eleições obtendo mais de 60% dos votos e 80% dos lugares no Parlamento. Mas o Governo Militar anulou o resultado das eleições e instituiu um regime cruel e repressivo. Aung San Suu Kyi foi condenada a prisão domiciliária. Em 1991 foi-lhe atribuído o Prémio Nobel da Paz.

A Birmânia é hoje uma ditadura militar com problemas crónicos de violações dos direitos humanos. Sucedem-se as notícias de abuso de crianças, de segregação de minorias étnicas e de violação dos direitos das mulheres, de trabalhos forçados e de corrupção. O Governo mantém mais de 2200 presos políticos. Quando o ciclone *Nargis* abateu sobre o país, o Governo não permitiu a entrada de ajuda internacional. Mais de três milhões de pessoas ficaram sem abrigo e cerca de 150 mil pessoas terão morrido.

Numa recente visita minha à região, tive a oportunidade de contactar com jornalistas internacionais e membros de ONG que trabalham junto de refugiados e das minorias étnicas, na fronteira da Tailândia com a Birmânia. Os seus testemunhos são uma evidência dos abusos e violações dos direitos humanos.

As próximas eleições estão agendadas para dia 7 de Novembro. Mas, para evitar outro resultado humilhante para o regime, o Governo aprovou leis que excluem do acto eleitoral os prisioneiros políticos recenseados e os cidadãos birmaneses casados com estrangeiros. Além disso, 25% dos assentos do Parlamento estão reservados para os militares. Entretanto, a senhora Aung San Suu Kyi continua sob prisão domiciliária e nada indica que venha a ser libertada antes das eleições.

Foi a pensar nesta situação de flagrante violação das regras democráticas que, a 5 de Outubro do corrente, tomei a iniciativa de organizar um seminário sobre a situação na Birmânia, para o qual convidei o Presidente Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz, na qualidade de orador principal. Durante o evento apelei à União Europeia para que reafirmasse a condenação da permanente violação dos direitos humanos e das regras democráticas na Birmânia. Pedi também que o Governo birmanês fosse instado a assegurar eleições livres, a libertar os presos políticos e a iniciar o processo de reconciliação nacional e de transição para a democracia. Finalmente, salientei a importância do envolvimento da Rússia, da Índia e da China na busca de uma solução para a situação difícil que a Birmânia atravessa.

Durante a sua intervenção, o Presidente de Timor-Leste apelou ao diálogo tripartido entre o Governo birmanês, a oposição e as várias minorias étnicas que integram a população do país. O Presidente pôs em causa a eficiência das sanções económicas por considerar que prejudicam o povo birmanês e pouco ou nada afectam o Governo autoritário.

Ramos Horta, pelo seu prestígio e credibilidade internacionais e pela sua vasta experiência e extrema sensibilidade para as questões dos direitos humanos, pode desempenhar um papel importante na questão birmanesa. Timor-Leste é um país do Sudoeste asiático, com fortes laços de amizade com Portugal e com a Europa, e encontra-se numa posição privilegiada para actuar como ponte de ligação entre os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), a ASEAN (Associação das Nações do Sudoeste Asiático) e a Europa.

Seria ingenuidade esperar que a situação da Birmânia sofra grandes melhorias num curto espaço de tempo. Não podemos porém perder a esperança de que o próximo acto eleitoral, apesar das condições difíceis em que decorrerá, possa contribuir para abrir o caminho rumo a uma sociedade mais justa, mais livre e mais democrática.